



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 8ª
Conferência Ibero-Americana de Cortes Supremas e Tribunais Superiores
Superior Tribunal da Justiça, 02 de fevereiro de 2004**

Senhor ministro Nilson Naves, presidente do Superior Tribunal de
Justiça,

Senhor ministro Maurício Corrêa, presidente do Supremo Tribunal
Federal,

Senhor deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos
Deputados,

Senhores ministros do Supremo Tribunal Federal aqui presentes,

Senhores ministros do Superior Tribunal de Justiça aqui presentes,

Senhores representantes da Suprema Corte dos países da América
Latina,

Senhores embaixadores,

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro de Estado da Justiça,

Demais autoridades presentes,

Senhor Augustin García Calderón, presidente da Corte Suprema de El
Salvador,

Senhora Maria Helena Matute, da Corte Suprema de Justiça de
Honduras,

Senhor almirante-de-esquadra Carlos Eduardo Cézar, presidente do
Superior Tribunal Militar,

Senhor ministro Francisco Fausto Paulo de Medeiros, presidente do
Tribunal Superior do Trabalho,

Demais autoridades presentes a esta reunião,

Inicialmente saúdo as autoridades e demais presentes nesta solenidade



de abertura da IV reunião preparatória da “VIII Cumbre Iberoamericana de Presidentes de Cortes Supremas y Tribunales”, manifestando-me extremamente honrado pelo convite a mim formulado pelo Excelentíssimo Senhor presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Nilson Naves.

Trata-se de evento da mais alta importância para o Brasil.

Temos, no Brasil, a consciência da relevância das atribuições reservadas pela Constituição Federal ao Poder Judiciário. Somos um país que muito lutou para a construção de sua democracia e ainda luta pela consolidação de suas instituições. Ainda temos um longo caminho a trilhar e, nesta perspectiva, o fortalecimento do Poder Judiciário assume especial relevo.

Somos ainda um país injusto, onde nem todos têm acesso à prestação jurisdicional do Estado.

Temos enormes desafios pela frente e sabemos que vamos ter uma democracia cada vez mais consolidada e robusta quando o nosso Judiciário estiver plenamente capacitado a prestar os serviços que a população demanda.

Não teremos cidadãos plenos enquanto o acesso à Justiça e à prestação jurisdicional de qualidade não estiver assegurado a todos os brasileiros.

Neste momento, voltamos as nossas preocupações ao necessário aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Estado, cientes da pouca atenção que o país dedicou, nos últimos anos, ao Judiciário.

O respeito pelo princípio da separação dos Poderes e o apreço pela afirmação de sua independência não nos devem afastar das responsabilidades que temos – todos – para com o fortalecimento da Instituição.

Ao contrário, a manutenção da harmonia entre os Poderes, princípio também consagrado pela Constituição do Brasil, exige que nos dediquemos a esta tarefa com o melhor dos nossos esforços.

Há muito o que se pode fazer pelo Poder Judiciário no Brasil.

Algumas melhorias não dependem de alterações legislativas – são



medidas de modernização da gestão, com a incorporação de novas tecnologias, capacitação de servidores e investimentos em informatização, que devem trazer maior celeridade na tramitação dos processos judiciais.

Há muita burocracia, multiplicidade de procedimentos, carência de recursos humanos e materiais – as maiores vítimas são os próprios magistrados que, no seu dia-a-dia de trabalho, acabam por dedicar excessivo tempo a atividades burocráticas muitas vezes menos relevantes.

A ampliação do espaço público de exercício da cidadania passa pela modernização da administração da Justiça.

No ano passado, sancionei lei que abriu 183 novas varas na Justiça Federal, ampliando em 1/3 o seu total. Na Justiça do Trabalho foram 232 novas varas. Autorizamos também a criação de 12 mil e 120 novos cargos de juízes, procuradores da República e funcionários para o Judiciário e o Ministério Público Federal, o que já começou a ser feito e se estenderá até 2008.

Estamos apoiando, ainda, projeto de lei que autoriza a criação de 5.700 cargos de servidores para a Justiça Eleitoral, permitindo que, pela primeira vez, tenhamos um quadro de pessoal efetivo em todos os cartórios eleitorais do nosso país.

Estamos também empenhados em promover alterações na nossa Constituição Federal e na legislação processual, com vistas a tornar o Poder Judiciário mais transparente e eficiente.

Travamos um intenso e democrático debate que deve provocar aperfeiçoamentos significativos na Instituição, tornando-a apta a atender às exigências do mundo atual.

A complexidade cada vez maior das relações sociais, as novas tecnologias incorporadas no nosso cotidiano e a irreversibilidade da globalização das relações internacionais tornam os nossos objetivos mais desafiadores.

Os trabalhos que vêm sendo realizados pelos senhores ao longo dos



últimos encontros demonstram que as preocupações dos nossos países são coincidentes.

Temos a mesma sensibilidade para as dificuldades enfrentadas pelas nossas populações, principalmente as de mais baixa renda, quando recorrem ao Judiciário na busca do reconhecimento de direitos fundamentais.

Os problemas enfrentados por nossos países nesta área são muito semelhantes e a troca de nossas experiências deve nos auxiliar a solucioná-los e apelar a angústia do nosso povo.

A realização periódica destes encontros internacionais entre países irmãos tem sido extremamente profícua, o que pode ser demonstrado com a criação da “Rede Ibero-Americana de Assistência Judicial em matéria penal e civil”, cujos objetivos fundamentais, declarados em seu regulamento, não poderiam estar mais adequados aos interesses comuns de nossos países.

Otimizar a assistência judicial em matéria penal e civil e estabelecer um sistema de informações sobre os diferentes sistemas legais são realmente objetivos que devem unir os esforços de nossos países.

Não poderia deixar de mencionar nossa satisfação em notar que é bem vinda nesta rede a incorporação de representação dos Ministérios da Justiça dos países membros.

A pauta dos trabalhos que ora se iniciam confirma a convergência de interesses e preocupações dos nossos países. Espero que o encontro seja bastante proveitoso e desejo a todos sucesso no encaminhamento das diretrizes que certamente se abrirão com o desenvolvimento deste esforço conjunto.

Eu queria, senhor Presidente, dizer da minha alegria profunda de participar da abertura deste encontro.

Há treze meses no Governo, tomei a iniciativa de tornar prioridade a nossa relação com a América do Sul e com a América Latina. Em doze meses, fizemos reuniões com todos os presidentes dos países da América do Sul, aqui



no Brasil, outras tantas reuniões com presidentes de países da América do Sul e América Latina, em outros países.

Recuperamos o Mercosul e estamos, hoje, cientes de que o Mercosul não será mais um privilégio de Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Logo, logo, todos os países da América do Sul estarão fazendo parte do Mercosul, com quem acabamos de firmar um acordo preferencial com a Índia, fazendo com que a América do Sul e a América Latina sejam vistas por outros países como um continente sólido, de dirigentes comprometidos com a integração, que não pode ficar apenas no discurso secular que historicamente fazíamos. A integração se dá com práticas como esta que vocês estão fazendo neste encontro, discutindo os problemas e tentando encontrar soluções para que todos os países possam, naquilo que for bom e adaptado à realidade de cada um, ser colocado em prática, para que a gente construa um continente com mais justiça social para o nosso povo.

Mas mais importante ainda é que tomamos uma decisão e o tempo se encarregará de comprovar o tamanho e a dimensão da decisão: a de que vamos fazer a integração física da América Latina. A integração política e a integração econômica não podem prescindir da integração física, porque os nossos seres humanos que habitam o continente, os produtos fabricados por nós, sejam industriais ou agrícolas, precisam transitar. E, para transitar, temos que ter portos, aeroportos, hidrovias, estradas, pontes, senão, nós não teremos a integração efetiva do nosso continente.

E, neste mundo globalizado, onde os grandes blocos econômicos se fizeram acontecer e determinam as regras do jogo no mundo comercial, ou nós, que somos países com similaridades – muitos pequenos, muitos com uma capacidade produtiva muito limitada – ou nos juntamos e agimos como se fôssemos uma nação sul-americana para enfrentar os países ricos ou iremos passar muitas décadas sendo vítimas de uma política internacional, no campo



econômico e no campo comercial, injusta, que protege apenas os países mais ricos.

O que vocês estão fazendo é uma demonstração de que possivelmente os governantes da América Latina deveriam ter aprendido há mais tempo e ter seguido os passos que o nosso Poder Judiciário deu desde 1990, quando fez o seu primeiro encontro.

Meus parabéns e bom trabalho para todos.

/mcpro/lrj